**CIP - Congregação Israelita Paulista (“Entidade” ou “CIP”)**

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

# CIP - Congregação Israelita Paulista

## Índice


| | Página |
|---|---|
| Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras | 2 |
| Demonstrações financeiras | 5 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | 10 |

# Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Conselheiros e Administradores da
**CIP - Congregação Israelita Paulista**
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **CIP - Congregação Israelita Paulista** ("Entidade" ou "CIP") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e normas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 – R1).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. a CIP - Congregação Israelita Paulista amparada pelos seus assessores jurídicos entrou com pedido em 19 de dezembro de 2024 de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Até a emissão desse relatório a Entidade não havia obtido à aprovação de seu pleito de renovação. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

## Outros assuntos

### Reconhecimento de receita com contribuições e doações de terceiros

A Entidade obteve parte substancial de suas receitas por meio de contribuições e doações de terceiros que somente podem ser identificadas quando dos seus efetivos registros contábeis. Nossos exames nesta área abrangem exclusivamente o confronto entre os valores contabilizados com os respectivos depósitos bancários ou boletins de caixa.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 – R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de maio de 2026.

**Marcelo** Fernando **Camara**
Contador CRC 1SP 301.553/O-8

RSM Brasil Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-030001/O-0

## CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

**Balanços patrimoniais encerrados**
**Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**
*(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

**ATIVO**

| **Ativo** | **Notas** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.693 | 2.060 |
| Caixa e equivalentes de caixa - restrito | 5 | 4.045 | 5.395 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 50.916 | 42.017 |
| Contribuições a receber | - | 1.331 | 2.628 |
| Créditos diversos | - | 100 | 146 |
| **Total do ativo circulante** | | **59.085** | **52.246** |
| **Não circulante** | | | |
| Imobilizado líquido | 7 | 13.572 | 13.462 |
| Intangível líquido | - | 38 | 38 |
| **Total do ativo não circulante** | | **13.610** | **13.500** |
| **Total do Ativo** | | **72.695** | **65.746** |

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

## CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

**Balanços patrimoniais encerrados**
**Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**
*(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

**PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL**

| **Passivo** | **Notas** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | - | 299 | 237 |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 8 | 1.824 | 1.035 |
| Projetos a realizar | 19 | 4.045 | 5.395 |
| **Total do passivo circulante** | | **6.168** | **6.667** |
| **Não circulante** | | | |
| Caução | - | 42 | 42 |
| **Total do passivo não circulante** | | **42** | **42** |
| Patrimônio social | 11 | 66.485 | 59.037 |
| | | **66.485** | **59.037** |
| **Total do passivo e do patrimônio social** | | **72.695** | **65.746** |

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

## CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

**Demonstrações do resultado para os exercícios findos**
**Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**
*(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

| | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 12 | 29.878 | 25.160 |
| Trabalho voluntário | 20 | 69 | 69 |
| ( - ) Custos com assistência social | 13 | (6.486) | (7.011) |
| ( - ) Outras assistências sociais | 14 | (572) | (925) |
| **( = ) Total dos custos** | | **(7.058)** | **(7.936)** |
| **Superávit bruto** | | **22.889** | **17.293** |
| **( - ) Despesas operacionais** | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 15 | (21.165) | (17.038) |
| Trabalho voluntário | 20 | (69) | (69) |
| | | **(21.234)** | **(17.107)** |
| ( - ) Resultado financeiro líquido | 16 | 5.793 | (818) |
| **( = ) Superávit/Défict do exercício** | | **7.448** | **(632)** |

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

## CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

**Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

*(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

| | Reservas patrimoniais | Realização da reserva de reavaliação | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 31 de dezembro de 2022- reapresentado** | **55.912** | **1.701** | **57.613** |
| Realização da reserva de reavaliação | 277 | (277) | - |
| *Superávit* do exercício | 2.056 | - | 2.056 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2023** | **58.245** | **1.424** | **59.669** |
| Realização da reserva de reavaliação | 277 | (277) | - |
| *Déficit do exercício* | (632) | - | (632) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | **57.890** | **1.147** | **59.037** |
| Realização da reserva de reavaliação | 277 | (277) | - |
| *Superávit* do exercício | 7.448 | - | 7.448 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2025** | **65.615** | **870** | **66.485** |

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

## CIP - CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

*(Valores expressos em milhares de Reais - R$)*

| | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| **Das atividades operacionais** | | | |
| ***Superávit/Déficit* do exercício** | | **7.448** | **(632)** |
| **Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais** | | | |
| Depreciações e amortizações | 7.1 | 252 | 184 |
| | | **7.700** | **(448)** |
| **Decréscimo/(acréscimo) em ativos** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa - restrito | | 1.350 | (1.750) |
| Títulos e valores mobiliários | - | (8.899) | 3.263 |
| Contribuições a receber | - | 1.297 | (659) |
| Créditos diversos | - | 46 | 10 |
| **(Decréscimo)/acréscimo em passivos** | | | |
| Fornecedores | - | 62 | (158) |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | - | 789 | (92) |
| Projetos a realizar | - | (1.350) | 1.749 |
| **Caixa líquido gerado das atividades operacionais** | | **995** | **1.915** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimentos** | | | |
| Investimentos | - | - | 445 |
| Acréscimo de imobilizado/intangível | 7.1 | (362) | (1.864) |
| Venda de Ativo imobilizado | 7.1 | - | 939 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | **(362)** | **(480)** |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa** | | **633** | **1.435** |
| **Caixa e equivalentes de caixa** | | | |
| No início do exercício | 4 | 2.060 | 625 |
| No final do exercício | 4 | 2.693 | 2.060 |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa** | | **633** | **1.435** |

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras**

## 1. Contexto operacional

A CIP - Congregação Israelita Paulista ("Entidade" ou "CIP") constituída em novembro de 1936 com sede administrativa na Rua Antônio Carlos, nº 653, São Paulo/SP é uma Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade:

- Organizar e realizar serviços de assistência social inclusive o Lar das Crianças;
- Congregar seus associados para a realização dos serviços religiosos de culto judaico;
- Promover atividades religiosas, culturais, cívicas, sociais e educacionais sem quaisquer fins políticos ou lucrativos.

Foi protocolado o pedido de renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome possuindo certificação válida, uma vez que realizou protocolo tempestivo de processo de renovação tombado sob o nº 308796.1183773/2024, em 19/12/2024.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) levando em consideração a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A aprovação pela Diretoria para emissão das demonstrações financeiras ocorreu em 04 de maio de 2026.

## 3. Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

### 3.1. Moeda funcional

A moeda funcional da Entidade é o Real (R$) que é a mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

### 3.2. Apuração das receitas e despesas

As receitas, donativos, contribuições, subvenções, patrimoniais e atividades especiais são registradas conforme determina a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, mediante documento hábil quando da efetiva entrada dos recursos em função da impossibilidade de previsão dos valores e datas de recebimento. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

### 3.3. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de Ajuste a Valor Presente (AVP), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões inclusive para contingências. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

### 3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.5. Caixa e equivalentes de caixa - restrito

Refere-se a saldo bancário cuja utilização está condicionada à fim específico e depende de autorização e aprovação da diretoria.

### 3.6. Títulos e valores mobiliários

Aplicações financeiras vinculadas à linha de financiamentos com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria: “Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

### 3.7. Despesas antecipadas

Representam pagamentos antecipados de seguros e outras despesas cujos benefícios ou prestação de serviços à Entidade ocorrerão durante o exercício seguinte.

## 3.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

## 3.9. Imobilizado líquido

Registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

## 3.10. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração compreende sobre a necessidade de revisão anual do valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

## 3.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

### 3.12. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Representam os valores a pagar a funcionários decorrentes de benefícios, provisões de férias já incorridas e os encargos incidentes sobre estas provisões.

### 3.13. Imposto de renda e contribuição social

Por ser uma entidade sem fins lucrativos a Entidade está isenta do pagamento do imposto de renda e contribuição social conforme estabelece a alínea c, do inciso VI, do parágrafo 150 da Constituição Federal.

### 3.14. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

### 3.15. Provisões para demandas judiciais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação para probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponível, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.16. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de Valor Justo por meio do Resultado (VJR) em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em:

(i) Ativo e passivo financeiro mensurado ao Valor Justo por meio de Resultado (VJR);
(ii) Mantido até o vencimento;
(iii) Empréstimos e recebíveis;
(iv) Disponível para venda.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Caixa | 4 | 3 |
| **Banco conta movimento** | **237** | **1.199** |
| Banco Itaú | 225 | 1.186 |
| Banco Safra | 1 | 1 |
| Banco C6 Bank | 8 | 9 |
| Itagiba | 3 | 3 |
| **Aplicação financeira** | **2.452** | **858** |
| Banco Bradesco | 184 | 190 |
| Banco C6 Bank | 2.268 | 668 |
| **Total** | **2.693** | **2.060** |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com vencimentos de curto prazo e de liquidez imediata remunerados a taxas de aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 5. Caixa equivalente de caixa – restrito

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Banco conta movimento | 1 | 137 |
| **Aplicação financeira - Fundos Especiais (a)** | **4.044** | **5.258** |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 12.481-8 | 1.555 | - |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 12.634-9 | 3 | - |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 12.615-2 | 2.461 | - |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 11.910-5 | - | 1.127 |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 10.457-4 | - | 37 |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 10.652-6 | - | 931 |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 11.909-1 | - | 330 |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 10.459-0 | 7 | 64 |
| Banco do Brasil – AG 6998 / CC 12.478-8 | 18 | 2.769 |
| **Total** | **4.045** | **5.395** |

**(a) Os fundos especiais são destinados a projetos específicos (FUMCAD - Inovação e Tecnologia e Prevenção, Lei Rouanet e Condeca) sendo os gastos aprovados pelo gestor conforme deliberado em assembleia.**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com vencimentos de curto prazo e de liquidez imediata remunerados a taxas de aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 6. Títulos e valores mobiliários

Conforme normativa estatutária as respectivas aplicações financeiras fazem parte do Fundo Patrimonial CIP-Endowment.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Banco Itaú | 2.503 | 1.564 |
| Banco Safra | 44.911 | 37.628 |
| Brasil Capital | 2.448 | 2.054 |
| Bogari e Brasil Capital | 1.054 | 771 |
| **Total** | **50.916** | **42.017** |

As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), títulos públicos federais (NTN-Bs) e cotas de fundos de investimento, incluindo fundos DI e fundos de ações, mantidos junto às instituições financeiras Banco Safra, Itaú Unibanco, Bogari Capital e Brasil Capital.

Essas aplicações estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das informações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

As remunerações das aplicações financeiras, especialmente aquelas indexadas ao CDI, rendem, em média, aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), conforme as condições pactuadas com as instituições financeiras.

## 7. Imobilizado líquido

| | | | | Imobilizado líquido | |
|---|---|---|---|---|---|
| | % - Taxa anual de depreciação | Custo | Depreciação acumulada | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Terrenos | - | 10.323 | - | 10.323 | 10.323 |
| Edificações | 4 | 15.044 | (12.908) | 2.136 | 1.881 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.234 | (1.201) | 33 | 63 |
| Equipamentos de informática | 20 | 222 | (155) | 67 | 123 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 736 | (693) | 43 | 13 |
| Veículos | 20 | 174 | (174) | - | - |
| Instalações | 10 | 431 | (162) | 269 | 358 |
| Biblioteca | - | 701 | - | 701 | 701 |
| | | **28.865** | **(15.293)** | **13.572** | **13.462** |

## 7.1. Movimentação do imobilizado

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Saldo anterior** | **13.462** | **12.721** |
| (+) Adições | 415 | 1.864 |
| (-) Depreciação do exercício | (252) | (184) |
| (-) Venda Imóveis | (53) | (939) |
| **Saldo final** | **13.572** | **13.462** |

A Administração da Entidade não identificou indicadores de perda de substância econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base em taxas que a administração entende como adequadas.

Reavaliação do imobilizado foi reavaliado em 1994 e 2004 mediante laudos de avaliações e listagem própria de imóveis, móveis, utensílios e veículos.

A contrapartida desta reavaliação foi reconhecida como reserva de reavaliação no patrimônio líquido da Entidade no valor de R$ 3.640. A reavaliação foi efetuada por peritos independentes e teve como parâmetro o valor de mercado ou a reposição dos ativos propiciando a contabilização de uma reserva de reavaliação.

A Entidade como facultado pela Lei nº 11.638/07 optou por manter a sua reavaliação.

## 8. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Provisão de férias e encargos | 897 | 753 |
| Contribuições sociais e encargos a pagar | 927 | 282 |
| | **1.824** | **1.035** |

## 9. Tributos e contribuições previdências e sociais

### 9.1. Isenções previdenciárias usufruídas

Em atendimento à Lei nº 12.101/2009, artigo 29, inciso IV combinado com a Resolução CFC nº 1.409/2012, item 27, “c”, é demonstrado a seguir o valor relativo às isenções de contribuições para a seguridade social como se devido fosse:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Isenções | 2.178 | 1.195 |

### 9.1.1. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras

Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda fixa estão sendo recebidos pela entidade sem a retenção de IRRF de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º, letras “d”, “e”, “g” e “h” e parágrafo 3º da Lei nº 9.532/97.

### 9.1.2. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras

Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo na maioria das vezes recebidos pela entidade sem a retenção do imposto na fonte por força da imunidade da entidade aos impostos incidentes sobre a sua renda assegurada pelo artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição Federal.

### 9.1.3. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos goza do benefício da imunidade aos impostos incidentes sobre a sua renda. Ainda, na medida em que é uma Entidade sem fins lucrativos não pratica o fato gerador da CSLL, pois não apura lucro em suas atividades.

De todo modo a Entidade é imune às contribuições para a seguridade social com base no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal.

### 9.1.4. Programa para Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001, artigo 13, inciso III.

### 9.1.5. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Entidade beneficente de assistência social portadora do CEBAS, goza do benefício da imunidade, dita isenção pelo legislador constituinte às contribuições para a seguridade social.

## 10. Provisão para demandas judiciais

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas não identificou a necessidade de constituir provisão para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso, uma vez que não havia processos classificados como probabilidade de perda como provável.

### 10.1. Legislação vigente

De acordo com a legislação vigente os livros fiscais e as transações da Entidade estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente por períodos variáveis com referência aos tributos federais, estaduais e contribuições trabalhistas.

## 11. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela doação inicial reduzido/acrescido dos *déficits/superávits* acumulados desde a fundação da Entidade.

Conforme estatuto social a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo como consequência distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de participação no seu *superávit*.

## 12. Receita Operacional Líquida

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Donativos** | | |
| Doações recebidas de terceiros | 16.712 | 16.445 |
| **Contribuições associativas** | | |
| Contribuições mensais dos associados contribuintes da Entidade | 3.969 | 3.529 |
| **Subvenções** | | |
| Verbas recebidas de órgãos públicos conforme convênio estabelecido com a Entidade | 897 | 1.241 |
| Outras receitas | 8.300 | 3.945 |
| | **29.878** | **25.160** |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade reconheceu receita não recorrente decorrente da alienação de imóveis de sua propriedade, substancialmente relacionados aos imóveis localizados na Avenida Paulista, nº 2518, e Rua Estados Unidos, nº 117, ambos situados no município de São Paulo/SP.

## 13. Custo com assistência social

A Entidade presta seus serviços de forma integralmente gratuita. Considerando suas atividades exclusivas na área de assistência social, não há que se falar em segregação de receitas e despesas por área de atuação.

Todas as despesas estão vinculadas à sua atuação assistencial:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Despesas com pessoal | (4.065) | (4.721) |
| Despesas administrativas | (283) | (173) |
| Serviços de terceiros | (2.123) | (2.090) |
| Despesas financeiras e tributárias | (15) | (27) |
| | **(6.486)** | **(7.011)** |

Os atendimentos são realizados gratuitamente às crianças e jovens carentes. Os atendimentos seguem o fluxo de triagem e integração nos programas e serviços e contam com uma equipe de profissionais de diversas áreas de formação e especializados na prestação de serviços destinados ao público atendido.

Foram prestados aproximadamente 11.600 atendimentos e gratuidades em 31 de dezembro de 2025 (11.600 em 2024).

### 13.1. Descrição dos projetos

#### 13.1.1. Lar das crianças

Representado por gastos efetuados no Lar das Crianças que tem como objetivo estimular e aprimorar o processo socioeducativo das crianças e jovens atendidos assim como orientar suas famílias para que se tornem todos cidadãos produtivos e integrados à Sociedade.

### 13.1.2. Serviços sociais

Representado por gastos incorridos no Programa Ação Social que tem como foco a atuação nas questões de empregabilidade, terceira idade e assistência social.

### 13.1.3. Juventude

Representado por gastos efetuados junto ao departamento de juventude da CIP que tem como objetivo formar uma nova geração de líderes para educar outros jovens e crianças, a fim de garantir a continuidade dos valores judaicos da Congregação.

A formação de líderes envolve cursos de capacitação, *workshops*, programas vivenciais, seminários temáticos, além do trabalho de profissionais e institutos qualificados.

Atualmente estes jovens são corresponsáveis pela educação de aproximadamente 900 crianças.

## 14. Outras assistências sociais

A Entidade presta seus serviços de forma integralmente gratuita.

Os gastos classificados como outras assistências sociais são oriundos de outras atividades ligadas a serviços religiosos de culto judaico, cívicas, sociais e culturais.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Serviços e Materiais gráficos | (26) | (23) |
| Materiais de manutenção | (29) | (23) |
| Despesas com alimentação | (361) | (548) |
| Outras assistências sociais | (156) | (331) |
| | **(572)** | **(925)** |

## 15. Despesas gerais e administrativas

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Despesas com pessoal | (8.011) | (6.445) |
| Despesas com estabelecimento | (3.147) | (2.875) |
| Despesas com serviços de terceiros | (9.671) | (7.488) |
| Despesas com depreciação e amortização | (252) | (184) |
| Outras despesas | (84) | (46) |
| | **(21.165)** | **(17.038)** |

## 16. Resultado financeiro líquido

| **Despesas financeiras** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
|---|---|---|
| Despesas bancárias | (393) | (221) |
| Rendimento monetário (-) | (433) | (2.764) |
| | **(826)** | **(2.985)** |
| **Receitas financeiras** | | |
| Rendimento de aplicações | 29 | 22 |
| Rendimento monetário (+) | 6.590 | 2.145 |
| | **6.608** | **2.167** |
| **Resultado financeiro líquido** | **5.793** | **(818)** |

*(a) Os rendimentos estão representados pelas flutuações das aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários.*

## 17. Cobertura de seguros (não auditado)

A Administração da Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados como suficiente para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se as aplicações financeiras, investimentos e fornecedores em condições normais de mercado.

A Administração destes riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas e as vigentes no mercado.

A Entidade restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Os instrumentos financeiros estão registrados em contas patrimoniais e são representados por aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos cujos valores estimados de mercado são substancialmente similares aos seus respectivos valores contábeis.

## 19. Projeto a realizar

A Entidade realizou diversos projetos com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Condeca/SP), Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD) e Lei Rouanet, os quais receberam um aporte total de MR$ 10.605, tendo a seguinte movimentação financeira por projeto em 31 de dezembro de 2025.

| | **Projeto 1 (I)** | **Projeto 2** ***(ii)*** | **Projeto 3** ***(iii)*** | **Projeto 4** ***(iv)*** | **Projeto 5** ***(v)*** | **Projeto 6** ***(vi)*** | **Projeto 7** ***(vii)*** | **Projeto 8** ***(viii)*** | **Projeto 9** ***(ix)*** | **Projeto 10** ***(x)*** | **Projeto 11** ***(xi)*** | **Total** |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Receb em 2019 | 34 | 222 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **256** |
| Receb em 2020 | 287 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **288** |
| Receb em 2021 | 71 | 1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | **72** |
| Receb em 2022 | 448 | 2 | 1.070 | - | - | - | - | - | - | - | - | **1.520** |
| Receb em 2023 | 190 | 89 | 1.396 | 286 | 558 | 187 | - | - | - | - | - | **2.706** |
| Receb em 2024 | - | - | 87 | 1.370 | 14 | - | 294 | 979 | 250 | 2.769 | | **5.763** |
| Receb em 2025 | - | - | 9 | 41 | 1 | - | 298 | 3.979 | - | 2.005 | 388 | **6.721** |
| **( + ) Total de receb.** | **1.030** | **315** | **2.562** | **1.697** | **573** | **187** | **592** | **4.958** | **250** | **4.774** | **388** | **17.326** |
| | | | | | | | | | | | | **-** |
| Total de pag. com projeto | - 1.030 | -315 | **-1.623** | **-542** | **- 566** | **-182** | **-567** | **-2.497** | **-249** | **-1.111** | **-385** | **- 9.067** |
| Total de recursos devolvidos/Transferidos | **-** | **-** | **-939** | **- 1.155** | **-** | **- 5** | **- 25** | | | **-2.090** | **-** | **- 4.214** |
| **( - ) Total de pagamentos e prestação de contas** | **- 1.030** | **-315** | **-2.562** | **- 1.697** | **- 566** | **-187** | **-592** | **-2.497** | **-249** | **-3.201** | **-385** | **- 13.281** |
| **Total** | **-** | **-** | **-** | **-** | **7** | **-** | **-** | **2.461** | **1** | **1.573** | **3** | **4.045** |

| | Projeto 1 | Projeto 2 | Projeto 3 | Projeto 4 | Projeto 5 | Projeto 6 | Projeto 7 | Projeto 8 | Projeto 9 | Projeto 10 | Projeto 11 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **( = ) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Banco** do Brasil, Ag 6998 e C/C 10.459-0 | - | - | - | - | 7 | - | - | - | - | - | - | 7 |
| **( = ) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Banco** do Brasil, Ag 6998 e C/C 12.615-2 | - | - | - | - | - | - | - | 2.461 | - | - | - | 2.461 |
| **( = ) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Banco** do Brasil, Ag 6998 e C/C 12.296-3 | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| **( = ) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) –** Banco do Brasil, Ag 6998 e C/C 12.478-8 e C/C12.481-8 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.573 | - | 1.573 |
| **( = ) Recurso a ser utilizado (caixa restrito) – Banco** do Brasil, Ag 6998 e C/C 12.634-9 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 3 | 3 |
| **Total** | **-** | **-** | **-** | **-** | **7** | **-** | **-** | **2.461** | **1** | **1.573** | **3** | **4.045** |

Projeto 1 - Projeto Conhecer, Conviver e Ser. Previsão de conclusão Jan/2021
Projeto 2 - Projeto Condeca Descobrir 999. Previsão de conclusão Ago/2021)
Projeto 3 – Projeto Rouanet – Festival Dial Pronac 212611
Projeto 4 – Projeto Rouanet – Conexões – Pronac 237883
Projeto 5 – Projeto Condeca Alicerce
Projeto 6 – Projeto Festival Intercultural – Emenda
Projeto 7 - Lar - Fumcad Ponte para o Futuro
Projeto 8 - Rouanet - Tocar o Lar com Arte
Projeto 9 - CIP - Emenda Parlamentar 2024
Projeto 10 - Lei Rouanet - Diálogos V
Projeto 11 – Fumcad – Tecendo Futuros – 2025

## 20. Trabalho voluntário

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Diretoria executiva | 59 | 59 |
| Conselho deliberativo | 5 | 5 |
| Conselho fiscal | 5 | 5 |
| | **69** | **69** |

Os valores a título de trabalho voluntário são registrados no resultado do exercício pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido desembolso financeiro, conforme previsto pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

## 21. Eventos subsequentes

A Entidade não identificou assuntos desde 31 de dezembro de 2025 a serem divulgados como eventos subsequentes.